

SOBRE AS INSTITUIÇÕES

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

*Desembargador do Tribunal de Justiça
do Rio de Janeiro*

O cenário da revisão constitucional é propício a uma reflexão sobre as instituições que estão regendo a vida do país. O desejo de mudança tomou conta do Brasil, empurrado por fatos de que seria inútil esconder a gravidade.

Nos últimos tempos, a investida alcança igualmente o Poder Judiciário, que sempre esteve distante do panorama político pela natureza mesma do seu papel institucional. Nasceu a idéia do "controle externo", sob o argumento maior de que o Judiciário seria o único poder do Estado a salvo de qualquer controle. É claro que, na reorganização ora em curso, o Judiciário não pode ficar guarnecido, petrificado, imune a qualquer mudança. Mas há muita tolice sendo escrita sobre o assunto, ocupados os espaços, às vezes importantes, por pessoas absolutamente ausentes da prática judiciária.

Para restabelecer a seriedade do debate, é imperativo lembrar, inicialmente, que a Justiça não é apenas o magistrado, como parece enraizado no entendimento comum. O Poder Judiciário não opera isoladamente: os processos surgem com os advogados, com os promotores, e dependem, em muitos casos, da atividade policial, subordinada ao Poder Executivo. Os advogados, os promotores, os delegados que não cumprem bem os seus deveres são responsáveis, no mesmo patamar dos magistrados, pela prestação jurisdicional deficiente. E cada qual, na sua corporação, dispõe dos mecanismos próprios de controle, reservados à interferência dos demais. O controle não é, portanto, sobre o Poder Judiciário na sua dimensão restrita aos

magistrados. O controle que a sociedade reclama é sobre a prestação jurisdicional, que não depende exclusivamente dos magistrados.

Em segundo lugar, é sandice afirmar que o Brasil de hoje está submetido ao governo dos juízes. O Judiciário está limitado pela Constituição, e o seu poder emana da vontade do povo constituinte. Ao Supremo Tribunal Federal compete, precipuamente, a guarda da Constituição, porque o art. 102 da Constituição federal, votada pela Assembléia Constituinte de 1988, assim determinou. Quando o Supremo Tribunal Federal decide que tal ou qual proposta de emenda à Constituição não pode ser objeto de deliberação, está cumprindo rigorosamente o que comanda o § 4º do art. 60 da Constituição. Se a vontade constituinte resolveu usar uma expressão considerada vaga — "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir..." — o STF não pode ser responsabilizado por interpretar desta ou daquela forma. Interpretar a Constituição e as leis é dever do magistrado. A lição é do constitucionalismo americano, que, em caso clássico, acolheu o princípio segundo o qual o Legislativo não pode definir por uma lei, para os tribunais, a palavra da Constituição.

Em terceiro lugar, o sistema de recursos é uma garantia do cidadão, sendo o juiz permanentemente exposto ao controle das instâncias recursais. E o exemplo do Supremo Tribunal Federal em recente episódio foi exemplar, ao contrário do que se pretendeu, maliciosamente, interpretar. Quando um de seus ministros concedeu, nos termos da lei, uma liminar alcançando o início dos trabalhos da revisão constitucional, o recurso combatendo o despacho foi, como é comum, imediatamente apreciado, sendo, pelo consenso dos demais ministros, reformado sem qualquer trauma, pois que a reforma das decisões integra o processo judicial, não afetando a autoridade de nenhum magistrado. Anote-se, ademais, que o Poder Judiciário é o único que dispõe de um sistema de revisão permanente, rotineiro, capaz de assegurar ao cidadão o direito de percorrer o seu caminho na busca da justiça.

Em quarto lugar, o acesso ao Poder Judiciário é o mais rigoroso, feito por meio de concurso público de títulos e provas. Não há privilégios de qualquer espécie; e o concurso público é o meio mais democrático de preenchimento dos cargos, aberto a todos os cidadãos, sem exigir, como no caso das eleições, despesas e articulações de ordem política — necessárias, mas sempre submetido o processo ao sistema de compromissos. E a função do juiz não é política, é técnica, é social; e para bem cumpri-la, o juiz não pode ficar ao alcance das paixões que a vida política impõe aos seus atores. A população estará melhor servida se a prestação jurisdicional estiver fora do alcance das influências da vida político-partidária. Os juízes são testados com absoluta lisura, para que possam exercer a sua função constitucional sem dever favores a quem quer que seja. É a partir desse singelo fato que se ergue o princípio da soberania da prestação jurisdicional.

Todavia, não se pode negar a necessidade de reformar a estrutura do Poder Judiciário, questionando, até mesmo, por exemplo, a existência da Justiça Federal, hoje sofrendo graves problemas com o volume imenso de processos. Assim como é de todo útil aproveitar o momento da revisão para reexaminar o cenário da Justiça estadual, a começar pela multiplicação dos Tribunais de Alçada, aumentada a sua competência, para desafogar a segunda instância, ao lado da ampliação substancial do número de vagas dos juízes de primeiro grau, inaugurando-se a experiência dos juzgados especiais, cíveis e criminais, funcionando 24 horas por dia, para uma rápida resposta aos feitos de menor complexidade.

É hora, também, de rever o sistema de fiscalização, com a simplificação do quorum e do processo para a punição dos juízes que mancham a dignidade da magistratura. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio está dando um exemplo nesse sentido, punindo os juízes que invadem a lei. Do mesmo modo, é importante repensar o sistema de recursos, para impedir aqueles meramente procrastinatórios.

O momento da revisão é propício para pensar sobre as instituições. O relator geral, deputado Nelson Jobim, é culto, probo, preparado como ninguém para o exercício de tarefa tão relevante para o país. Com o seu talento poderá mobilizar a sociedade, trazendo a contribuição dos setores interessados em fazer da Constituição um instrumento eficaz para a felicidade nacional. Para todos nós, é imperativo não confundir os protagonistas com as instituições. Só assim poderemos fortalecer estas e espantar para fora aqueles que trabalham contra o Brasil.